

UMA ANÁLISE SOBRE AVALIAÇÃO, CRITÉRIOS E COMPETÊNCIAS EXIGIDAS PELO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO–ENEM

Gilson Carlos Rodrigues PEREIRA¹ (UFPA)
Maria Domingas Ferreira SALES² (UPFA)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo traçar uma análise acerca dos critérios utilizados no Exame Nacional do Ensino Médio quanto ao desempenho das competências propostas, no que concerne à língua escrita, especialmente no que se refere à primeira competência que, de acordo com a matriz proposta pelo INEP, avalia o desenvolvimento da norma culta. Para isto, importa também visualizar, de forma breve, a inserção de processos avaliativos que culminaram no atual ENEM e nas suas reformulações. Com foco nestes objetivos, houve a necessidade de observar, mais atentamente, a produção textual de alunos concluintes do Ensino Médio – material coletado em uma escola da rede pública estadual do município de Breves, em turma do terceiro ano. Tal amostra foi analisada mediante os aspectos mencionados no manual do participante do ENEM, condizentes com a modalidade formal culta da língua portuguesa com ênfase nos aspectos ortográficos (primeira competência). Juntamente com esse intento primeiro, registraram-se ainda as marcas de um processo avaliativo que é realidade comum e cotidiana no cenário educacional brasileiro. São utilizados neste artigo estudos sobre “competência comunicativa” e convenções da língua (HYMES e FIORIN e SAVIOLI); avaliação e políticas educacionais avaliativas (AFONSO e PORTAL-MICHELLI); os documentos oficiais LDB e PCN; noções de língua, interação e gramática normativa (IRANDÉ e HILGERT). Os resultados demonstram que, apesar da grande importância do “escrever bem”, a prática de produção textual nesse ambiente educacional tem ficado em segundo plano, além do que as escolas não procuram manter a devida sintonia entre os objetivos gerais da Língua Portuguesa – conforme propõem os documentos oficiais – e as estratégias de aprendizagem condizentes com o processo de avaliação estabelecido pelo MEC.

Palavras-chave: Avaliação. Competências. Ortografia. Norma culta. ENEM.

1 Introdução

Nos últimos anos temos acompanhado várias mudanças no tocante ao processo avaliativo em nosso sistema de ensino: a maior prova disso é a forma de ingresso nas universidades brasileiras, o que vem ocorrendo gradualmente, caminhando para uma padronização nacional, comumente, esse padrão é regido por competências individuais. No entanto, é importante um posicionamento crítico sobre os modelos de ensino vigentes: entre o que afirma gerar suposto conhecimento tratando a linguagem como um fenômeno isolado e o que propõe o desenvolvimento de competências discursivas, baseado nos pressupostos dos estudos do gênero e na avaliação formativa, numa preparação para a autonomia intelectual.

No Brasil, desde o final da década de 90, é realizado o exame nacional do ensino médio (ENEM), cujo objetivo é fazer um diagnóstico situacional dos estudantes concluintes da educação

¹ Graduando em Letras Pela Universidade Federal do Pará.

² Mestre em Teoria Literária Pela Universidade Federal do Pará.

ANAIIS - I Colóquio de Letras da FALE/CUMB, Universidade Federal do Pará - 20, 21 e 22 de fevereiro de 2014. ISSN

básica. Outras formas avaliativas existem há décadas, como é o caso do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), cujo formato de avaliação inclui ciclos a partir da 1^a, 3^a, 5^a e 7^a séries do Ensino Fundamental de escolas da rede pública, incluindo mais tarde as séries denominadas conclusivas, como 4^a série, 8^a série e 3º ano do Ensino Médio; e posteriormente, foi direcionado também à rede privada.

Do ponto de vista do processo, o ciclo de 1997 do SAEB se caracteriza por ter concentrado numa única fundação grande parte do processo de formulação dos itens e o conjunto de etapas concernentes à aplicação das provas e à análise dos resultados. Foi essa fundação quem se incumbiu da elaboração dos itens Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, que passaram a compor o banco de itens do MEC (...) a Fundação CESGRANRIO se encarregou da preparação dos cadernos de testes e de sua aplicação a uma amostra de mais de 200 mil alunos definida pelo MEC, da preparação dos coordenadores estaduais e da análise dos resultados obtidos com a aplicação dos testes (BONAMICO; FRANCO, 1999. p, 119).

O ENEM, portanto, é fruto de inúmeras etapas que o constituíram, e objetiva avaliar não apenas as competências cognitivas dos egressos da educação básica como também pretende verificar a qualidade do ensino ao longo deste percurso. A proposta do exame é de caráter humanístico e plural, o qual prioriza o raciocínio lógico e a capacidade de relacionar conhecimentos comunicativos através de diferentes formas de linguagens, verbal e não verbal, conforme o registro da lei de diretrizes e bases, LDB:

Art. 36º. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes; (...)

§ 1º. Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. (LDB, 1996. p, 24).

Por conseguinte, são perceptíveis várias mudanças na elaboração e na aplicação do exame, principalmente no que se refere ao sistema de avaliação, que tem sido aproveitado por inúmeras instituições de ensino superior, as quais o utilizam como meio de seleção de candidatos a graduação. Essa modalidade, aceita tanto pelas faculdades públicas como pelas privadas, oferece incentivos aos parceiros e participantes, tais como investimentos para custear parcialmente ou integralmente os cursos superiores (no caso da iniciativa privada) e, recentemente, a garantia do certificado de conclusão do ensino médio. Em suma, através do desempenho obtido no ENEM, existem ações do governo (questionadas ou não) que buscam elevar o acesso ao nível superior no país.

Contudo, para Afonso Janela (2007. p, 19-20), essa tal cultura de avaliação é ineficientes de fato, uma vez que, são efetivamente processos avaliativos que não privilegiam todos os aspectos educacionais. Tais exames que segundo o discurso governista conduziriam a melhorias para a educação, não passam na verdade de mecanismos excludentes e cheios de falhas, através dos quais somente é avaliada a tríade aluno – professor – escola, ficando de fora um dos principais personagens desse processo, o próprio governo e as políticas públicas adotadas, que se mostram quase sempre antiquadas e não condizentes com a realidade.

2 O que Exige o Enem ao Termo do Ensino Básico?

Ao que cabe à língua portuguesa, o aluno ao concluir essa etapa deverá estar apto a desenvolver produções textuais escritas, de forma consistente e objetiva, através de mecanismos linguísticos que lhe permitam defender ideias sob o prisma da persuasão. As habilidades persuasivas se mostram como uma importante ferramenta em um sistema democrático, no qual devem existir diferentes formas de concepções e ideologias, isto é, a capacidade de defender ou repudiar conceitos e situações que o indivíduo julgar adequados ou inadequados a ele ou ainda ao meio social no qual está inserido, conforme se lê no Guia do Participante do ENEM:

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às “competências” que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma **tese**, uma opinião a respeito do **tema** proposto, apoiada em **argumentos** consistentes estruturados de forma coerente e coesa, de modo a formar uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da Língua Portuguesa. Por fim, você deverá elaborar uma **proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto** que respeite os direitos humanos (BRASIL, **Guia do participante**, 2013. p, 7).

Desta forma, por intermédio da redação, o exame busca analisar as competências discursivas do aluno, mediante critérios que foram convencionados como apropriados para verificar habilidades individuais. Logo, se apresentam delimitações que estão focadas em determinado eixo temático, no gênero e no tipo textual a serem elaborados, em mecanismos linguísticos e semânticos pertencentes à variação culta da língua, e que regem toda a produção científica e a escrita oficial do país. Assim, essa metodologia avaliativa visa mensurar o nível de cada competência, observando, de forma mais objetiva possível, as capacidades linguísticas dos participantes.

Por isso, é extremamente importante a reflexão da comunidade acadêmica sobre esses processos de avaliação, de modo que, se tratando do ENEM, um olhar mais crítico pressupõe o seguinte questionamento: quais características o sistema político-educacional pretende encontrar entre a sua camada estudantil? Indagação para a qual poderíamos arrolar várias respostas, entre elas, a de que somos influenciados por ideais capitalistas, cuja mão de obra “qualificada” precisa ser ANAIS - I Colóquio de Letras da FALE/CUMB, Universidade Federal do Pará - 20, 21 e 22 de fevereiro de 2014. ISSN

oferecida ao mercado: o que sugere que o sistema precisa estar abastecido, com a força de trabalho capacitada e operacional em um contexto tecnológico e globalizado.

Entretanto, não é esta linha de análise que pretendemos aqui. A suposta finalidade descrita acima é apenas um viés de um sistema amplo e complexo. Esta pesquisa quer, antes, demonstrar, através de uma breve experiência, que há um grave desencontro entre os objetivos prescritos pelos documentos oficiais – em suas latentes formas de ideologia – e o trabalho que vem sendo desenvolvido nas aulas de língua portuguesa nas escolas públicas do país, em especial, no município de Breves.

Mas como seria possível alinhar esses dois polos? De acordo com alguns teóricos, a competência comunicativa deve compreender um conjunto de competências específicas (a junção de várias habilidades intelectuais) tais como: competência gramatical, responsável pelo conhecimento sobre o funcionamento da língua e de sua gramática, isto é, a parte morfológica e sintática; competência sociolinguística, responsável pela percepção do contexto e ajustes as convenções sociais; competência discursiva que focaliza a coesão e coerência do discurso; e a competência estratégica que cuida das reformulações do discurso e da eficácia da mensagem, tais como paráfrase e retificações (CUNHA, 2008. p, 4). Partindo dessa classificação, poderemos tratar mais objetiva e teoricamente sobre os meios e os propósitos estabelecidos pelo manual do participante do ENEM.

Para sermos mais precisos no que tange a temática competência comunicativa, não poderíamos deixar de citar, ainda que de forma breve as teorias de Hymes³ (1972/1979), o grande expoente dos estudos da interação da linguagem, o qual define competência comunicativa, como “um sistema de competências que funcionam em conjunto para garantir o sucesso comunicativo de um falante da língua, no exercício de suas práticas comunicativas” (CUNHA, 2008. p, 4), a respeito da qual nos já fizemos uma síntese à cima. Ainda de acordo com essa teoria o termo “competência” está mais ligado “ao saber fazer, do que ao conhecimento tácito sobre algo”, está mais próximo da prática (ação) do que da teoria (Idem, ibidem. p, 3). Todavia, “conceituá-lo com precisão ainda é uma tarefa difícil” e propensa a muitas discussões. Certamente, o motivo de divergências (CUNHA, 2010. p, 1-2) relaciona-se ao fato de que competência é um “conceito plural, intrinsecamente ligado a outras habilidades”.

Conforme esta concepção voltada para a performance linguistica, isto é, para a língua em seu estado real de uso, comprehende-se que o conhecimento teórico interligado ao exercício contínuo é a maneira mais confiável para o desenvolvimento de aptidões intelectuais, o que se constituem em um grande desafio, e exige disciplina e comprometimento tanto de professores quanto de alunos.

³Sociolinguística norte americano.

Por isso, para que a escola possa garantir com eficiência a aquisição dessas competências, torna-se necessária a inserção do aluno como participante e responsável pelo seu processo educacional, mediado por um professor que adota tal concepção de linguagem – a que acredita nas possibilidades e potencialidades linguísticas de todo usuário da língua.

Para tanto, é preciso que o educador crie estratégias que permitam que o aluno progride e conquiste autonomia na prática de produzir e avaliar diferentes textos, realizando atividades que favoreçam tanto a reflexão como a apropriação de conhecimentos. Essa capacidade de apreciação do próprio trabalho tem importante papel na aprendizagem, pois, ao se auto-avaliar, o aluno tem condições de aprofundar os seus conhecimentos, progredindo em sua aprendizagem. (PORTAL-Michelli, 2008. p, 77).

Assim é que, reiterando os propósitos do ENEM, através de uma política nacional de avaliação da educação, consideramos que as cinco competências assinaladas compreendem todo um processo de produção textual que vai muito além de uma simples declaração. Trata-se de um todo produzido em que vários mecanismos linguísticos são postos em funcionamento para que se atinjam os objetivos fundamentais do sujeito produtor.

De igual forma, no que se refere à primeira competência estão os seis níveis propostos pelo INEP, como critério de avaliação. Cabe ao participante demonstrar suas habilidades conforme descrevem os seguintes quesitos: Nível 5: excelente domínio da modalidade escrita formal, Nível 4: bom domínio da modalidade escrita formal, Nível 3: domínio mediano da modalidade escrita formal, Nível 2: domínio insuficiente da modalidade escrita formal, Nível 1: domínio precário da modalidade escrita formal e Nível 0: desconhecimento da modalidade escrita formal.

Para demonstrarmos de maneira mais precisa a descrição dos critérios estabelecidos pelo INEP, observemos a transcrição dos elementos:

200 pontos	Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizem reincidência.
160 pontos	Demonstra bom domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita.
120 pontos	Demonstra domínio mediano da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita.
80 pontos	Demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
40 pontos	Demonstra domínio precário da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, de forma sistemática, com diversificados e frequentes desvios gramaticais, de

	escolha de registro e de convenções da escrita.
0 ponto	Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.

Visando essas eminentes mudanças na forma de avaliação que é caracterizada pela adoção de competências e critérios, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998) orientam que o ensino de língua portuguesa não deverá ser dissociado da função real de uso, em outras palavras, prioriza-se a visão interacional da linguagem, como já foi dito antes, levando-se em conta o fator social e as experiências individuais. O ideal é que, todo e qualquer procedimento ligado ao ensino aprendizagem de língua materna seja baseado na produção textual em associação com a leitura e com a análise linguística.

Embora, isso permita uma maior flexibilidade à produção textual, contudo, não constitui pretexto para se escrever da forma como bem se entende: o ensino da gramática (análise linguística) torna-se um subordinado às pretensões do texto, ou seja, tudo converge no texto e na sua produção. De modo que, as regras, as normas e as nomenclaturas não mais serão utilizadas de maneira isolada, mas passam agora – a partir dos parâmetros estabelecidos – a auxiliar na confecção do enunciado: o conhecimento da gramática da língua terá a sua devida função (agora não mais de forma isolada, mas contextualizada) na e pela produção, contribuindo para a totalidade do discurso (ANTUNES, 2003. p, 75).

3 Analisando os Dados Sob o Olhar da Norma Culta

Baseados nos pressupostos acima descritos, tomemos algumas redações escolares, a fim de percebermos traços demarcadores dos problemas textuais mais pertinentes no que diz respeito à utilização da norma culta, cuja aplicação torna necessária predominantemente a “competência grammatical” para referenciarmos a classificação de Hymes⁴.

Antes, porém, é importante saber que a coleta de dados para esta pesquisa foi desenvolvida durante o mês de outubro de 2013, na Escola Maria Elizete Fona Nunes, pertencente à rede pública estadual em uma turma do 3º ano do ensino médio, composta de 26 alunos que viviam momentos de grande expectativa, pois faltava somente duas semanas para o ENEM, fato causador de uma visível insegurança e muitas dúvidas quanto ao processo. Foram utilizadas 6 horas aulas de Língua Portuguesa distribuídas durante a semana e cedidas para a pesquisa e coleta de informações.

Quanto à metodologia foi baseada em uma dinâmica simples de produção de textos que obedecessem ao mesmo formato e às normas propostas pelo exame nacional do ensino médio

⁴ Habilidade – performance: a competência se adquire pelo uso.

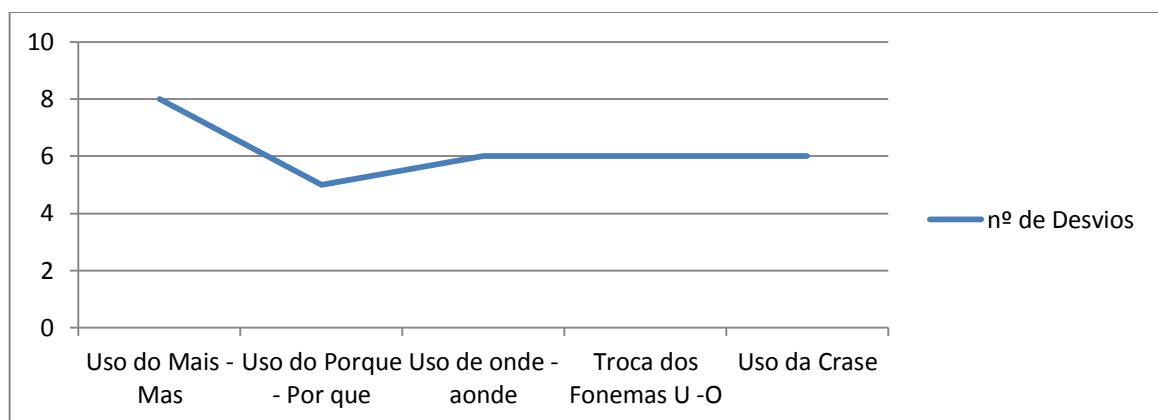
(ENEM). É valido ressaltar que, durante a referida semana, a turma não recebeu qualquer informação ou esclarecimento acerca das teorias de produção textual, a fim de que fosse possível perceber os níveis da competência relativa à utilização da norma culta entre os alunos, partindo do conhecimento prévio de cada um.

Logicamente, foi necessário delimitar um tema para as redações que se seguiriam, sendo utilizados os recentes acontecimentos alardeados pela mídia nacional: as manifestações que “sacudiram” o Brasil em 2013. Para isso, foi utilizado o gênero reportagem televisiva e impressa de diferentes veículos de comunicação, propondo-se à turma que atentasse para as cinco reportagens exibidas. Em seguida, também disponibilizamos aos alunos, seis textos diferentes, e relativos ao tema “manifestações”, retirados de sites de notícias, os quais serviram de suporte para uma roda de discussões, cuja finalidade foi aguçar o senso crítico e despertar a turma para um possível repertório que poderia ser usado no desenvolvimento de sua produção escrita.

Na última etapa, aos alunos foi concedido o tempo de 2 horas/aulas, com duração de 35 minutos cada hora/aula, para que produzissem o texto, baseados nos vídeos, leituras e discussões realizadas – tempo compatível com o que os estudantes relativamente possuem no ENEM para desenvolverem a redação.

A matriz de referência que analisa o desempenho do participante do ENEM é constituída a partir da exigência de cinco competências. Dentre elas, destacamos a primeira que privilegia a norma culta, conforme proposta assinalada anteriormente. Assim, limitamo-nos a pautar a análise dos textos coletados especialmente no que se refere ao item ortografia. Para isso, levamos em conta os principais desvios ortográficos recorrentes nas redações, conforme se observa no gráfico abaixo:

Principais ocorrências de desvios ortográficos



3.1 Desvios mais Frequentes nas Redações Analisadas

O uso de alguns homônimos causam muitas dúvidas entre os alunos. Nos textos analisados, registramos um número considerável de ocorrências de desvios relacionados ao emprego de MAIS e MAS, POR QUE e PORQUE, ONDE e AONDE, conforme se vê em:

Registro 1: *Após, muitos anos desde as diretas já é o foraculo, o jugante se calou, mais assim como a tecnologia evolui a mente do povo também e não aguentamos tanta corrupção e conhecendo mais os nossos direitos, resolvemos lutar por uma causa nobre, lutar pela liberdade.* (T-3)⁵

Registro 2: *As pessoas vão para a rua fazer as manifestações mais o que eu não acho correto quando começar a violência, era para ser tudo na paz, mais não isso que a gente ver na televisão.* (T-9)

Nos casos acima, a conjunção coordenativa MAS é substituída constantemente pelo advérbio MAIS. Fato esse observado em outros contextos linguísticos, nos quais também ocorrem a troca do advérbio MAIS pela conjunção MAS.

Registro 3: *Como pode um simples vereador ganhar mas do que um professor.* (T-3)

Registro 4: *O cidadão brasileiro deveria ser mas respeitado no seu trabalho , com igualdade social.* (T-12)

A conjunção PORQUE é outro elemento de uso equivocado em muitos casos dos textos coletados. O que pode ser constatado nos exemplos que seguem:

Registro 5: *Também tem a área da saúde que está numa pescima estrutura por que como nós podemos ver falta de remédios para ser distribuído .* (T-7)

Registro 6: *Sou totalmente a favor das manifestações por que os manifestantes estavam em busca de melhorias para o brasil.* (T-1)

Registro 7: *Eu concordo com essas protestos por que eles ajuda nosso Brasil isso ajuda quando uma escola ta muito bagunçada.* (T-11)

Outro caso muito comum verificado entre os textos acusa o uso impróprio da palavra ONDE em substituição aos termos EM QUE ou NO QUAL ou confundido com o vocábulo AONDE, conforme a transcrição a seguir:

Registro 8: *Foi uma manifestação a onde muitas pessoas, gritavam pelos seus direitos.* (T-5)

Registro 9: *Essa situação cada vez vem sendo debatida, onde procura-se maneiras de como acabar com a corrupção.* (T-26)

⁵ A partir de agora, denominaremos T-1, T-2, T-3... (num total de 26) para os textos coletados, sem identificação direta dos informantes, cujas transcrições seguem em itálico para melhor visualizarmos as ocorrências.

Registro 10: *A história do mesmo é marcada por manifestações entre as quais vale ressaltar a cabanagem, sabinada, canudos foram conflitos sangrentos onde diversas pessoas perderam a vida em busca da conquista de seus direitos.* (T-23)

Registro 11: *haja vista, que moramos em um país democrático aonde temos a liberdade de expressar nossas opiniões.* (T-10)

A acentuação gráfica também é outro entrave quando se trata de escrever de acordo com a norma padrão. A confusão entre ditongos e hiatos constitui desvios frequentes nesse caso, conforme percebemos em:

Registro 16: *Eu como todo cidadão digno que paga impostos temos a obrigação de exigir por melhorias em nosso país, onde a cada ano vem se decaindo.* (T-3)

Registro 17: *Os principais culpado no nosso país e a sociedade que não pensar antes de votar.* (T-19)

Registro 18: *O povo se afasta cada vez mais dos políticos, como se estes fossem os principais culpados pelo o que acontece no país.* (T-4)

Os fonemas são partes mínimas de uma língua que se usados de forma isolada não exercem teor significativo. Porém, se substituídos no interior da palavra podem causar mudanças profundas quanto ao significado desta. Na língua portuguesa, isso ocorre com muita frequência devido aos aspectos históricos e etimológicos que lhes são próprios. Vejamos alguns casos entre os poucos textos que coletamos:

Registro 19: *Querem mudar o mundo vam em busca de direitos, eles pedem para acabar [...] a **currupção**, muitas vezes eles conseguem outras não.* (T-17)

Registro 20: *muitas vezes pessoas aproveitavam o momento de manifesto para roubar e muitos momentos aviam confronto com a **pulicia**.* (T-28)

Registro 21: *E possível fazer-se algo, de imediato os que ampliam uma responsabilidade com a sociedade devem **comprir** com seu cargo.* (T-4)

Registro 22: *O mundo está em **disispero** total, **pobresa**, drogas, agressão.* (T-27)

A acentuação gráfica é aspecto bastante recorrente na língua portuguesa. A profusão de homônimos e parônimos reflete a necessidade desse recurso linguístico. Quanto aos aspectos normativos ligados ao uso dos acentos gráficos, destacamos dentre vários e pertinentes o uso da crase. As proposições sobre a regência verbal – outro nó górdio da gramática normativa em português – definem que o uso da crase se dá nas situações em que a preposição **A** estiver ligada ao artigo definido **A** ou **AS**, ou associado a alguns pronomes demonstrativos ou relativos, e em expressões adverbiais femininas, podendo ser facultativa antes de nomes próprios femininos e antes de pronomes possessivos femininos.

As redações demonstraram dificuldades encontradas pelos alunos em distinguir o emprego correto da crase, como nas construções abaixo:

Registro 23: *Por falta de educação, saúde, emprego, alimentação, impostos, politica,... porque devido a corrupção trazem mal a sociedade.* (T-2)

Registro 24: *Primeiramente as manifestações começaram no dia 17/06/2013, tendo força a noite, houve duas tipos de manifestação, uma pacifica e outra com atos de vandalismo.* (T-6)

Registro 25: *Assistimos através da mídia várias reportagens àrespeito, bastou vários estudante saírem para as ruas.* (T-20)

Tais registros apontam as deficiências quanto ao uso da norma culta entre os estudantes. E, analisando de forma mais pragmática, esses alunos só começam a atentar para o fato de que precisam escrever bem às vésperas de um exame que o avaliará sem intenção alguma de capacitá-los, caso apresentem problemas como estes acima descritos.

Os dados coletados ilustram, portanto, uma patente falta de diálogo entre as várias instâncias, segmentos e áreas do ensino público. É preciso que haja sintonia de objetivos e metas entre as políticas públicas e o sistema gestor das escolas. As instituições educacionais que atuam na educação básica precisam aliar-se a metodologias e estratégias de ensino, que priorizem uma concepção de linguagem capaz de oferecer mecanismos para o desenvolvimento de competências de acordo com as necessidades.

4 A Importância do Domínio da Norma Culta para a Autonomia do Sujeito Falante

O homem, como um ser social, é dependente das relações que estabelece com os seus semelhantes nos diversos níveis culturais. A língua – mecanismo necessário para as relações de interação – enquanto organismo vivo sofre consequentemente a ação dessas relações que a modificam. Novas possibilidades vão surgindo e as modificações vão acontecendo naturalmente. No entanto, sempre haverá a necessidade de convenções, ou a utilização de regras que a organizem e mantenham a unidade necessária capaz de representar uma nação dentro do seu campo de influência. Esse caráter “uniformizador” da língua torna-se necessidade social na medida em que organiza e mantém sólida tal unidade:

O sistema ortográfico de qualquer língua é comandado por convenções rígidas de caráter uniformizador que tende a neutralizar as diferenças de pronúncias existentes em várias regiões e em várias situações que envolvem a fala. Por isso nunca se deve esperar uma correspondência perfeita entre grafia e pronúncia. As pessoas alfabetizadas não escrevem pelo ouvido, mas seguem as prescrições e convenções do sistema (FIORIN; SAVIOLI, 2009. p, 231).

Entretanto, é valido lembrar que, mediante as transformações de nosso sistema linguístico, as variações ou modalidades são coerentes e de uso recomendável, sendo determinadas pelo contexto situacional que deverá escolher o uso de um termo ou outro:

Dada essa diversidade de uso, numa mesma comunidade linguística há varias normas distintas, cabendo ao falante saber decidir que variedade se ajusta melhor a cada situação concreta. Isso nos leva a conclusão de que bom usuário é aquele que domina diferentes variantes do seu idioma e sabe usá-las apropriadamente. Em situações formais (...) Essa modalidade, que sempre corresponde ao modo de falar das camadas mais prestigiadas socialmente, é a que vem descrita pelos compêndios gramaticais e assentada nos dicionários (Idem, ibidem. p, 221).

Diante disso, fica evidente a importância do conhecimento das variações da língua, como também, ratifica que o domínio da norma padrão é imprescindível, quanto constituinte fundamental do enunciado, e contribui para a produção e para a interpretação textual, portanto, é objeto de conexão entre emissor-receptor num contexto situacional que o exige. Tão logo, ao dissertar sobre algo, o sujeito-enunciador procura formas de expressão que permitam a compreensão segundo seus propósitos comunicativos e informem o sujeito-destinatário com precisão. Se a escola não consegue desenvolver no aluno essas habilidades essenciais à comunicação, o individuo formado dentro de nosso sistema de ensino pode está fadado a viver à margem da sociedade.

O desconhecimento da gramática da língua não só impede a exploração das potencialidades de sentido das formas e estruturas gramaticais na produção dos textos, mas também inviabiliza, na leitura, a percepção de muitos sentidos os quais o uso criativo das expressões gramaticais imprime nos textos. Há um momento, então, na formação escolar, na vida acadêmica e profissional, em que o discernimento gramatical da língua se impõe para um desempenho linguístico discursivo competente, particularmente no âmbito da produção e da interpretação de textos. Seguindo esse raciocínio, tem de se admitir que a ausência de um ensino produtivo da gramática na escola priva os alunos das condições necessárias para apreciarem, com competência e proveito, até mesmo o acervo literário expresso em sua língua (HILGERT, 2010. p, 133).

Se na vida escolar o saber escrever de acordo com a norma padrão da língua é já condição para seu sucesso pessoal, tanto mais o será na vida fora da escola. Se em fase de conclusão do período que comprehende a Educação Básica o aluno ainda se sente inseguro e incapaz para produzir um texto dissertativo-argumentativo, como se sentirá diante das tantas outras exigências linguísticas do cotidiano? Cidadania implica acima de tudo na participação e na compreensão da vida em sociedade.

5 Conclusão

Ao entrarmos em contato com turmas que estão em fase de finalização do ensino médio (pelo menos a grande maioria) nos deparamos com muita insegurança e falta de preparo. O conceito distorcido de que escrever é difícil, por parte do aluno, e o ensino descontextualizado da modalidade escrita, por parte da escola, faz com que este não consiga atribuir sentido algum em ANAIS - I Colóquio de Letras da FALE/CUMB, Universidade Federal do Pará - 20, 21 e 22 de fevereiro de 2014. ISSN

praticá-la. Esse ócio para a escrita nada mais é do que a falta de confiança ou até mesmo de incentivo, de maneira que acaba restringindo a criatividade e as incursões subjetivas do aluno no âmbito da produção textual. Pois, afinal, ele não fora educado para produzir textos, mas somente levado a absorver partes da morfologia e da sintaxe da língua, elementos que, supostamente, o auxiliariam no momento da redação. Isto se reflete nos textos produzidos através de uma série de sucessivos desvios da norma culta, o que demonstra claramente um distanciamento da primeira competência.

Um dos problemas maiores decorrentes do não uso da norma padrão nos textos a serem avaliados conforme a matriz do ENEM (competência 1) é o comprometimento das demais competências. A pontuação, por exemplo, aspecto a ser avaliado na primeira competência, é responsável pela coesão do texto em que a ausência de vírgulas ou períodos muitos longos prejudicam substancialmente a progressão textual, elemento avaliado na quarta competência.

Sabemos que um olhar estratificado não nos dará a exata dimensão dos problemas que assolam o ensino de língua materna nas escolas públicas brasileiras. Entretanto, se colocarmos em paralela os relatos de experiências de professores e pedagogos preocupados com tal questão, veremos por que se torna aceitável a triste constatação de que os alunos terminam a educação básica sem as condições necessárias para o cumprimento das competências discursivas exigidas pelo mundo acadêmico-profissional.

O destaque à primeira competência e o registro de problemas relativos ao emprego da norma culta, tarefa desempenhada por nós nesta breve análise, descreve de forma insuficiente a real situação do ensino aprendizagem de língua portuguesa em nossas escolas. Entretanto, a amostra aqui apresentada constitui uma constante preocupação, na medida em que levanta questionamentos a respeito de um dos aspectos da produção textual dos estudantes que na sua totalidade compreende outros elementos não menos importantes.

Avaliando a amostra de forma geral, a considerar os seis níveis da primeira competência, notificamos que, em relação ao domínio da norma culta, a turma em observação ficaria entre os níveis 2 a 3, o que corresponde a um domínio insuficiente quanto ao uso da norma culta, especialmente se analisado pelos aspectos ortográficos. E se, conforme dissemos anteriormente, fôssemos submeter os mesmos textos sob os critérios das demais competências, teríamos outros problemas decorrentes dos usos indevidos de acordo com a norma padrão da língua. Todavia, como nossa proposta inicial foi de discorrer em relação à primeira competência, deixemos no momento as demais que poderão ser consideradas em pesquisas posteriores.

Esse quadro preocupante, cremos se deve à forma tradicionalista de condução do ensino.

Nesta concepção de aprendizagem o educando é tido como um grande depósito de conteúdos curriculares, uma formação robotizada e distante daquilo que se cobra pelas políticas

públicas ou pelas leis do cotidiano. A escola precisa reagir frente a esses conceitos, e romper de vez com tal molde que a muito vem arraigado em nossa história. O potencial metodológico necessita ser alimentado, reformulado se preciso, e posto o mais próximo possível das aptidões dos alunos e de suas aspirações. O professor precisar estar constantemente em atualização através de formações, e preparado diante dos novos desafios, tendo as ações educativas embasadas na teoria dos gêneros, e em atualizados conceitos de avaliação formativa para obter melhores resultados na mediação da aprendizagem, e no direcionamento da autonomia do aluno.

E para que esta autonomia seja uma conquista na vida do aluno-sujeito, é necessário fomentar o hábito de ler, que quando cultivado no percurso escolar garante o bom desenvolvimento da escrita. O aluno, na maioria dos casos, também apresenta ideias errôneas sobre a prática de leitura, tal qual a escrita, isso se deve a metodologias equivocadas de ensino, o que se configura a partir do momento que a leitura deixa de ser algo prazeroso e passa a ser unicamente objeto de análise gramatical. Essa espécie de apatia quanto à leitura resulta em baixo desempenho da modalidade escrita, pelo óbvio: não ter o que escrever por falta de repertório, o que só pode ser preenchido mediante o exercício da leitura.

No mais, é importante enfatizarmos que, diante da complexidade de nossa língua escrita, podem acontecer certos desvios ocasionais, fatos perfeitamente aceitáveis e considerados normais, porém, é preciso o respeito às convenções quando exigidas, pois elas nos identificam como falante de determinada língua. O ensino-aprendizagem de língua materna terá maior eficácia se conduzido de maneira sóbria, levando o aluno ao conhecimento das modalidades existentes e ao uso adequado de cada uma. A escrita associada à leitura é certamente o melhor caminho ou a maneira mais segura para desenvolver habilidades discursivas tão necessárias atualmente que, se não forem desenvolvidas nesse processo, relegam o indivíduo ao ostracismo social.

Concomitantemente, não se pode deixar para depois uma reflexão ampla e franca sobre nossos conceitos e critérios avaliativos, como também repensar acerca de fatores internos e externos que concorrem para nosso atual estado crítico e insuficiente no que diz respeito a competências. Urge visualizar a eficiência desses modelos, para que se possam intensificar ações progressivas, de sorte que, seja possível apontar onde cabem mudanças ou ajustes, para evitarmos a estagnação ou ainda o pior, o retrocesso.

Portanto, podemos asseverar que não basta somente inflar as instituições de nível superior de graduandos, privilegiando assim o topo da pirâmide educacional. Quando o assunto é aquisição de competências, não existem milagres, bons resultados demandam tempo e uma educação de qualidade. É imprescindível um trabalho sólido e responsável com a base, dar atenção especial ao ensino básico: na boa qualidade das instituições de ensino – na formação adequada de seus professores – numa estrutura pedagógica direcionada não a conteúdos, mas centralizada na ANAIS - I Colóquio de Letras da FALE/CUMB, Universidade Federal do Pará - 20, 21 e 22 de fevereiro de 2014. ISSN

autonomia, preparando não apenas cidadãos capacitados e produtivos, mas também conscientes e críticos com possibilidades iguais de sucesso tanto acadêmico quanto profissional.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Janela. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. **Revista Contrapontos**, Itajaí – SC, volume 7 – n, 1 - p. 11-22, 2007.
- ANTUNES, Irandé. Explorando a leitura. In: _____. **Aula de português: encontro & interação**. Editora parábola. p, 67-84. São Paulo, 2003.
- BONAMICO, Alicia; FRANCO, Creso. Avaliação e política educacional: **o processo de institucionalização do SAEB**, Departamento de Educação. PUC-RJ. Cadernos de Pesquisa, nº 108, p. 108 - 132,1999.
- BRASIL. A redação no ENEM. **Guia do participante**. Inep, Ministério da educação. Brasília-DF. p, 7-39, 2013.
- BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro** 1996. – 8 ed. – Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmara. p, 24, 2013.
- CUNHA-FILHO, Francisco Arimir Alves. Competência comunicativa e competência linguística no ensino/aprendizagem de línguas. In: **Reflexões Sobre competência comunicativa**. UNB. [Brasília-DF]. p, 1-2, 2010.
- FIORIN, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. Norma linguística e argumentação I; Norma linguística e argumentação II. In: _____. **Para entender o texto: leitura e redação**. Editora ática. 17ª ed. São Paulo-SP. p, 221-231, 2009.
- HILGERT. José Gaston. Conhecimentos de gramática e produção textual. In: MARÇALO, João et al. **Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas**. Universidade de Évora. [SI]. p, 128-134, 2010.
- PORTAL-Michell. A Contribuição da Avaliação Formativa para Turmas numerosas. In: **Pragmática e ensino**. UFPA. [Belém]. p, 76-88, 2008.